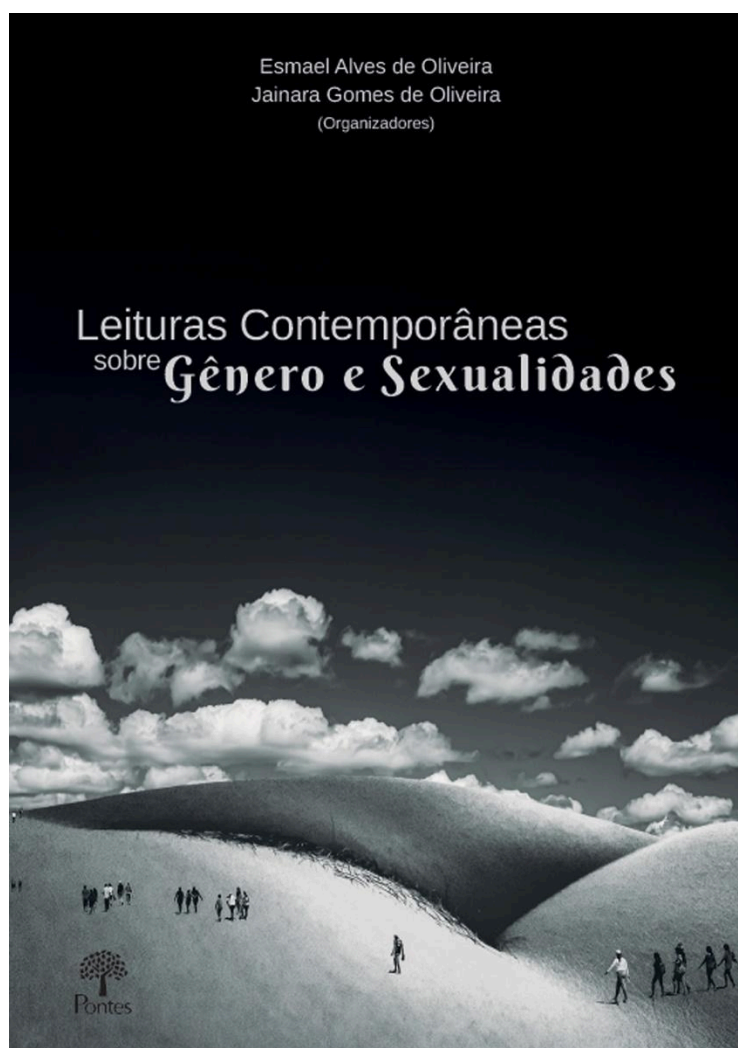




RESENHA

Suturar a malha para um empreendimento de gênero e sexualidades menor

Leituras contemporâneas sobre gênero e sexualidades





OLIVEIRA, E. A. de.; OLIVEIRA, J. G. de. **Leituras contemporâneas sobre gênero e sexualidades**. Campinas, SP: Editora Pontes. 2024.

Enquanto marcadores socioculturais de identificação e diferenciação, quando e como gênero e sexualidades se torna(ra)am dispositivos centrais em desdobramentos que nos acenam sobre a organização social? É a partir dessa provocação que pretendo iniciar a malha em tela, inversamente do final.

7 de novembro de 2017. Passagem da filósofa norte-americana Judith Butler pelo Brasil. Na ocasião, extremistas “antigênero” se reuniram em frente ao SESC São Paulo com as mais coléricas e violentas frases, em protesto, contra a presença da filósofa no País. A sanha “antigênero” foi composta por cartazes com as frases “Menos ONU, mais família”, “Pedofilia não!”, “#EuSouFamília - ideologia de gênero não”, dentre outras, como observa Camila Ferreira (2022, p. 47-48). Ao comparar os profundos desdobramentos teóricos de Butler nas relações de gênero e sexualidades com crimes de pedofilia e zoofilia, metamorfoseado pela preeminência da destituição da família cisheteronormativa (mas não só!), fica evidente como a presença-existência da teórica descentra(va) o suposto lugar inerte e cristalizado da heterocissexualidade.

Que ameaças somos? Quem tem medo de nossas diferenças não cisheteronormativas? Se resgato esse episódio¹, é porque meu interesse é não só recordar como pesquisadores/as têm sido vistos/as como ameaças da institucionalidade familista, mas sugerir para os efeitos nefastos da heterossexualidade compulsória no ataque àquelas/es que não correspondem às disposições normativas. Deste modo, parece-me ser central trazer à baila como o fantasma da “ideologia de gênero” é frequentemente acionado por quem deseja uma Heterocisnormatividade Maior!

Assim, se a família deve se sobrepôr à ONU, como se fosse um jogo de negociações verticais, como preconizavam os cartazes, é na suposta manipulação das identidades, criação de normal(t)izações caóticas e

¹ Aqui, a primeira pessoa do singular de modo deliberado. Ao fazê-lo, chamo atenção para o que pode um corpo-sujeito ao ser afetado por tal debate, cuja implicação confere uma posicionalidade que não descentre o lugar politicamente subjetivo do pesquisador.



violentas e na produção fantasiosa de “monstros” sexuais e genitais que o paradigma da “ideologia” se materializa.

Ora, quando trago em tom irônico Heterocisnormatividade Maior, é exatamente porque entendo ser este o projeto de quem a experimenta compulsoriamente. O Maior se pretende positivo, não processual, acima de qualquer suspeita. Nesses termos, seria possível pensarmos na possibilidade de uma heterocisnormatividade menor?

O filósofo Michel Foucault (2000) nos ensina que é possível, usar o corpo como discurso e tecnologia contra o poder – embora o poder também seja penetrado nele. É possível contestar essa política sexual estatal cada vez mais em voga, que extirpa para fora a impugnação e a dissidência. Se friso o Estado, é por compreendê-lo como um potente produtor de formatações, punidor de contravenções; em termos estritamente analíticos, o Estado é materialidade do poder. Gênero e sexualidades estão intimamente imbuídas no Estado e qualquer tentativa de indissociabilidade é, sugiro, falaciosa. Dado que a organização social e o enredo que a compõe são processualmente ativos, esses marcadores coproduzem e são coprodutores de institucionalidades-normatividades nos picadeiros da educação, saúde, direitos reprodutivos, poder pastoral, política prisional, discursos médico-jurídico-policiais-midiáticos e demais arenas de socialidades. Em todas elas, os “problemas de gênero”, para fazer alusão à obra de Judith Butler (2018), e de sexualidades, estarão lá!

Glória Anzaldúa (2009), em instigante reflexão sobre a instabilidade de conceitos e as sensibilidades envolvidas entre leitoras/es e escritoras/es alocados no guarda-chuva *queer*, aponta para um lugar de fetichização teórica de vidas não heterossexuais. A reflexão nos convida a uma análise que me faz maturar os motivos pelos quais ainda continuamos a discutir gênero e sexualidades confrontando e desnaturalizando a heterocisnormatividade compulsória. Se há intensos desdobramentos sobre as relações de gênero e sexualidades apontando para os desafios contemporâneos e para atualizações de supostos debates esgotados, parece-me que é porque temos acompanhado a própria ordem das coisas, rejeitado fatalismos, empenhados/as por um projeto político crítico, democrático e anticolonial do gênero e das sexualidades.

Nesse sentido, se não advogamos a favor e colocamos em suspeição o que pretende a heterocisnormatividade, é porque ela nunca será um *devoir*, pois seu projeto político é por si só hegemônico. Entretanto, é possível apontar para debates contemporâneos que me parecem estar inclinados por um mote “menor”.



Organizada pelo antropólogo Esmael Alves de Oliveira e pela antropóloga Jainara Gomes de Oliveira, docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e prefaciada pela antropóloga Sônia Weidner Maluf, a obra *Leituras contemporâneas sobre gênero e sexualidades*, publicada pela Editora Devires, cuja constituição são 11 (onze) capítulos incorporados e materializados pela contribuição de 29 (vinte e nove) pesquisadoras/es (co)autoras/es, não só atualiza, sugiro, debates já postos no campo dos estudos das relações de gênero e sexualidades, mas também se enreda a partir de múltiplos ‘cruzos’ teórico-metodológicos por entre antropologia, psicologia, educação e saúde coletiva. Cromatizado entre preto, branco e cinza (capa), ilustrado com uma fotografia de parte de um corpo feminino nu em posição deitada sobre o qual é possível visualizar pessoas caminhando (de autoria de Aluísio Lima e Aline Rodrigues), a estética e estilística segue, em suas 379 páginas, composta por uma disposição textual dividida em pequenas seções.

No primeiro capítulo, intitulado *Pasiones malévolas: homicídios contra personas LGBTI+ em El Salvador*, Amaral Arévalo, Pós-doutorando do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), discute os discursos judiciais e, por conseguinte, sua letalidade, nos processos de homicídios LGBTQI + em El Salvador, não raros configurados como crimes passionais.

No segundo capítulo, *Homofobia: notas sobre a vida de um conceito*, os antropólogos Leandro de Oliveira e Yuri Alexandre Estevão-Rezende, debruçam-se sobre a vida social da homofobia, negando definições apriorísticas sobre a categoria (homofobia), cujas matizes vão se apresentando a partir dos próprios discursos de *outsiders* políticos, na maquinaria Estatal e como agentes dos três Poderes operam sua manutenção. De intensos deslocamentos, esse capítulo apresenta a homofobia como tecnologia social.

Em *Monitoramento de Privação de Liberdade de pessoas LGBTI+ no Brasil: Análise de uma inspeção nacional*, o doutorando em Saúde Coletiva, Caio Cesar Klein, e a antropóloga Laura Cecilia López, apresentam um debate que perpassa pelas micropolíticas oriundas da própria engenharia dos presídios que agudizam a condição de vulneração e precarização de pessoas privadas de liberdades, mormente no que tange ao exercício da sexualidades, não raro observando táticas de punição e castigo, seja a partir da relação verticalizada entre agentes penitenciárias/os, seja dos/as próprias/as privados/as de liberdade.



Regimes de visibilidade, campos de possibilidades e homossexualidades, das antropólogas Chiara Albino e Jainara Oliveira, aborda as distintas estratégias para gerir a visibilidade da sexualidade. A partir de sofisticados deslocamentos, as autoras aludem que não se trata apenas do duo “público” e “privado” da sexualidade ou que o reconhecimento e a visibilidade são de negociações não conflituosas. Ao destacar os campos de possibilidades como enredados por consciências morais e políticas que direcionam posições, elas notam como as emoções, a partir da família como principal compositora da trama, apontam para outros agenciamentos, face à regulação e à heteronorma.

No quinto capítulo, intitulado *Mulheres não cisheteronormativas e Projetos Político-Pedagógicos de cursos de Psicologia*, que é parte de um conjunto de desdobramentos do mestrado em Psicologia da UFGD, das/os pesquisadoras/es Thamiris França Regis, Conrado Neves Sathler e Maria de Lourdes Dutra, versado em uma análise foucaultiana (investigações genealógicas), a autoria se desdobra no modo como circulam discursos acerca de gênero e sexualidades nos PPPs, priorizando IES das cinco regiões do país. O capítulo se contrapõe aos discursos de uma psicologia que ainda enunciada a partir de “neomoralismos” e “neoliberalismo”.

Em *Masculinidades e trabalho sexual: o caso de homens brasileiros em Portugal*, o antropólogo Guilherme Passamani discute as distintas produções e atualizações de masculinidades entre homens escorts e homens clientes, e as negociações envolvidas no processo criativo, imagético mental e moral, da masculinidade – esta enquanto uma ficção.

O capítulo seguinte, de Wendell Ferrari, Simone Ouvinha Peres e Marcos Nascimento, *Desigualdade de gênero na vida reprodutiva: participação masculina na decisão do aborto ilegal na ótica de mulheres adolescentes*, é uma pesquisa realizada com 10 (dez) adolescentes residentes em uma favela do Rio de Janeiro e os agenciamentos presentes na tomada de decisão de participação dos parceiros no aborto (aborto “solitário” ou “compartilhado”, como preferem a autoria). As decisões resultam de processos hierárquicos que verticalizam as relações, violências e assimetria de classe e escolaridade.

Em *Masculinidades e paternidades negras: o que dizem os futuros pais pretos?*, Paulo Melgaço da Silva Junior, professor de uma escola de uma periferia de Duque de Caxias (RJ) e docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, cujos interlocutores são cinco adolescentes negros, alunos do autor,



apontam para novos modos de experienciar a paternidade e as masculinidades, contra discursando com a experiência de paternagem dos pais, não deixando de observar, logicamente, na construção das masculinidades negras, processos de violências, racismos, machismos, sexualizações e ausências.

No nono capítulo, intitulado *O segredo de Lourival: o que pode um corpo face aos sistemas transfóbicos de controle e vigilância?*, os antropólogos Jow Oliveira Araújo e Esmael Alves de Oliveira discutem como os dispositivos médico-jurídico-policial-midiáticos operaram sobre o corpo morto do homem trans Lourival Bezerra de Sá, no ordenamento de produções de verdades do que chamam de “contravenção”. Em estreito diálogo com Foucault, o capítulo, que é desdobramento da dissertação de mestrado do primeiro autor, apresenta uma trama perturbadora em torno do funcionamento do dispositivo transexualizador. O capítulo alude para como são o campo jurídico e médico que outorgam, decidem e encerram uma verdade sobre corpos e identidades dissidentes, lado a lado com os *ethé* discursivo-midiáticos.

A seguir, em *De menino e de menina: uma análise sobre a desconstrução de estereótipos na Educação Física do ensino fundamental*, das pesquisadoras Marluci Micheli de Sousa, Maria Cristina Rodrigues da Silva Coffani, e do pesquisador Marcos Aurélio da Silva, a abordagem é um percurso que possibilita contrapor, no ambiente escolar, os estereótipos normalizadores e normativos de gênero a partir de brincadeiras. Ao contrapor e desnaturalizar esses lugares supostamente fixos a partir de discursos oriundos das dinâmicas de professoras/es e alunas/es, as autoras e o autor entendem a escola como instituição formativa de endossamento ou de deslocamento das ideias concebidas no cerne de outros espaços de sociabilidades, no qual novos métodos de “brincar” (aqui com diversos tons de aprender/formar-se) insurgem.

A *bicha docente despachada: sociopoetizando a Educação nas diferenças*, capítulo de Roberto Vinício da Silva, Letícia Carolina Pereira do Nascimento e Marcio Caetano, problematiza, a partir da personagem *Bicha Docente Despachada*, o lugar do ensino como espaço de disputas, constantes negociações e cíclicos processos de reterritorialização de lugares. O eu, o corpo, a educação, a docência e o despacho fazem parte de um enredamento político que contesta o cisheteropatriarcalismo e se matiza a partir de outros modos existenciais de experimentar a sociopoética da própria vida – esta, ulterior ao lugar profissional.



No décimo segundo capítulo, intitulado *Gênero e sexualidades na educação de jovens e adultos (EJA) em escolas públicas do norte do Brasil*, as antropólogas Márcia Regina Calderipe Farias Rufino e Victoria Katarina Cardoso Lima evidenciam como discursos envolvendo as temáticas são filtradas pela influência político-religiosa. As dinâmicas com alunos do EJA apontam, no entanto, como a homogeneização de grupos, destacando o marcador escolaridade, é não só um perigo, como também reducionista – além da própria relação sexo e gênero serem vistas como homogeneizadas.

Por fim, o último capítulo, *Corpos que falam: a violência doméstica nos laudos médicos*, de Patrícia Rosalba Moura Costa, Thiago Barcelos Soliva, Maria Daniella Moura da Silva e Elayne Messias Passos, detêm-se em torno de laudos médicos que “materializam” a violência de gênero e como tais materialidades são complexas. Complexas não porque criminalizam ou descriminalizam a esmo. Como sugestiona as autoras e o autor, a biologização da violência não só marca o corpo de pessoas vítimas (destaco “pessoas” em vez de “mulheres” porque não estou certo de que é este termo que a autoria emprega, para além de não fazerem recortes se apenas cis ou o lugar de não mulheres na esfera doméstica), mas na ausência de profissionais adequadas/os e humanizadas/os, o que alude para uma negligência, quando não fomentação, do Estado para com a violência de gênero.

Permitam-me! Ao retomar uma sustentação argumentativa da indissociabilidade de gênero e sexualidades e as matizes que compõem seus bordos adjacentes ao Estado, dilato.

A sexualidade é um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade, das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade. [...] Além de foco de disputa política, a sexualidade possibilita vigilâncias infinitesimais, controles constantes, ordenações espaciais meticulosas, exames médicos ou psicológicos infinitos (ALTMANN, 2001, p. 576).

O trecho acima parece dar conta de uma espécie de “retorno” à indagação inicial. Se não é possível pensar nessa experiência de carne que corporifica as subjetividades e a organização social a partir desses marcadores socioculturais de diferenciação, sugiro que só não haveria lugar para gênero e sexualidades numa realidade utópica, “desencarnada”. Parece-me que há uma espécie de cosmopolitismo



insurgente (e não emergente, porque os movimentos emancipatórios se fazem presentes de longa data) que atravessa a obra. Assim, os diálogos travados por pesquisadores/as que compõem a coletânea a partir de uma polissemia disciplinar, de gênero, identidade de gênero, racial, etário e regional, evidencia não apenas que esses marcadores estão longe do esgotamento, mas, sobretudo, que experimenta uma contínua capacidade de renovação crítica. Como nos acena a socióloga Chandra Mohanty (2008, p. 2) sobre seu desejo-projeto de construção de alianças com teóricas feministas na medida em que atravessam a fronteira nacional, há conexões coletivas que ultrapassam as barreiras da academia, nas quais se descamam as “histórias coletivas”. Proponho que olhar para a coletânea tendo em isso em vista, funciona bem.

É nessa espécie de “pedagogia engajada” que beel hooks (2013, p. 28) tanto nos ensina, materializada na obra resenhada, que me parece que essas histórias coletivas das/os autoras/es se coalizam e suscitam o que denominei “cosmopolitismo insurgente”, porque comprometidos/as com um projeto teórico e ético-político-existencial. Nesses termos, a coletânea, penso, vem a suturar a malha para um empreendimento de gênero e sexualidades menor, enquanto um investimento crítico-político de resistência necessário, atual e urgente, face à agudização do neoconservadorismo e das patrulhas “antigênero” em um Brasil de desesperança.

Referências

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, pp. 575-585, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PthD6cgdcDC7MMvJw5zxXDr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2024.

ANZALDÚA, G. Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana. In: KEATING, AnaLouise (Ed.). *The Gloria Anzaldúa Reader*. Durham: Duke University Press, 2009. p. 163- 175. Tradução de Tatiana Nascimento. Disponível em: <https://brota.noblogs.org/files/2016/01/Queerizar-a-escritora-Gloria-Anzaldua.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

beel hooks. *Ensinando a transgredir - A educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editoria WMF, 2013.



BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MOHANTY, C. T. Bojo los ojos do Ocidente: academia feminista y discursos coloniais. In NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). *Descolonizando El feminismos: Teorías y prácticas desde los márgenes*. Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008. pp. 112-163. Disponível em: https://www.feministas.org/IMG/pdf/articulo_libro_descolonizando_e_l_feminismo-.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

FERREIRA, C. C. O ativismo antigênero no Brasil: a produção de sexualidades e identidades monstruosas. In: CAMPOS, Marcelo da Silveira.; FAISTING, André Luiz.; OLIVEIRA, Esmael Alves de.; SILVA, Marcos Antônio da (Orgs.). *Sociologia, Antropologia e Ciência Política*. Curitiba: CRV, 2022.

FOUCAULT, M. “Poder – Corpo”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, pp. 81-85, 2000. Disponível em: [https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfísica do Poder - Michel Foulcault.pdf](https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfísica_do_Poder_-_Michel_Foulcault.pdf). Acesso em: 23 set. 2024.

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Yuri Tomaz dos SANTOS

Doutorande em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, MG, Brasil. Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/8936777260496837>. Orcid:

<https://orcid.org/0000-0003-4395-179X>.

Recebido em: 27/01/2025

Aprovado em: 03/03/2025